

Sobre o modelo de Universidade



Por **ELEONORA ALBANO***

As ciências humanas podem se desumanizar?

Parece contraditório - e remoto - que as ciências humanas possam se desumanizar. Trata-se, de fato, de uma contradição. Mas, se as contradições são próprias da natureza humana, o que causa espécie nesta é estar se tornando cada vez menos remota, apesar de representar uma grave ameaça a valores humanos universais.

Na prática, a desumanização de profissionais das ciências humanas já vem ocorrendo em escala crescente, sob inúmeros disfarces, no Brasil e no mundo. Portanto, é necessário e urgente discutirmos a natureza e as origens dessa tendência, que entrou em franca ascensão com o advento do capitalismo neoliberal.

As ciências humanas nos países hegemônicos

Tendo em vista que este Boletim aborda outros impactos do neoliberalismo sobre as nossas vidas, convém começar pelo exame do problema no bloco geopolítico mais influente entre nós: Estados Unidos e Europa Ocidental.

Nenhum país rico, a começar pelos Estados Unidos, deixa de admitir que as ciências humanas são o motor da inovação em todas as áreas do conhecimento, inclusive as “duras”. Ou seja, a elite mundial sabe perfeitamente que o rigor filosófico fomenta novos conceitos que tendem a afetar todas as áreas, das humanas às exatas às naturais. Um exemplo clássico é a concepção cartesiana de método, cuja influência perdura até hoje em muitos campos.

Não é surpresa, pois, que as universidades que estão no topo dos ranqueamentos mundiais prestigiosos, tais como Oxford, Cambridge, Harvard e MIT, contratem intelectuais evadidos de outros países. Os seus dirigentes sabem perfeitamente que a pluralidade de ideias favorece a criatividade - artística, humanística, e científica.

Trata-se, em geral, de instituições que têm uma considerável história de ensino e pesquisa de cunho abrangente, mesmo que tenham nascido como institutos de tecnologia. Note-se, a propósito, que o *Massachusetts Institute of Technology*, surgido como escola de engenharia em meados do século XIX, abriga há décadas um departamento denominado *Linguistics and Philosophy*, onde Noam Chomsky desenvolveu a sua notável carreira de cientista, pensador e ativista.

Não obstante, um sobrevoo pela educação superior nos EUA mostra que outra é a situação das universidades voltadas aos demais estratos da pirâmide socioeconômica¹. Trata-se de instituições públicas e privadas que oferecem cursos profissionalizantes de curta ou longa duração (dois a quatro anos). São elas: as universidades estaduais, com campi em mais de uma cidade, e as faculdades técnicas e comunitárias (*technical and community colleges*), que servem a comunidades afastadas desses centros.

Muitas dessas instituições mais populares possuem programas de graduação e até de pós- graduação em ciências humanas. No entanto, a não obrigatoriedade do engajamento dos seus docentes e discentes em atividades de pesquisa reduz drasticamente as suas chances de fomentar o pensamento crítico e cultivar a liberdade de cátedra com independência dos interesses do mercado.

Basta lembrar que, entre os profissionais treinados em “humanas” nessas escolas, há gerentes, publicitários, influenciadores digitais e até lobistas - ou seja, uma ampla gama de profissões que giram em torno das demandas diretas

a terra é redonda

do mercado. Ainda que muitos programas ofereçam atividades tais como viagens de campo e intercâmbio internacional, o foco está na solução de problemas práticos, e não na construção de conhecimento.

Esse sistema estimulou a educação superior de massa por cerca de quatro décadas. Tinha a função de alimentar uma variedade de postos de trabalho especializados, até que o todo-poderoso mercado financeiro começou a chamar para si serviços que antes eram da responsabilidade do estado. Não é surpresa que o financiamento da educação superior estivesse entre eles.

A expansão desse modelo de universidade ocorreu no século XX, a partir de um núcleo nascido no século XVIII. Como mostrou Reginaldo de Moraes, no livro já referido em nota, o financiamento estatal cresceu depois da segunda guerra mundial, sob forma de bolsas de estudo e investimentos em infraestrutura. No entanto, nas últimas décadas, a pressão dos bancos sobre o estado levou esse aporte financeiro - muito maior que o das taxas escolares cobradas aos de maior renda - a retroceder e abrir espaço ao financiamento privado. O resultado é que a dívida e a inadimplência estudantil cresceram vertiginosamente.

Também o sistema tradicional de ensino superior, que abriga escolas de elite como as acima mencionadas, sofreu com a retração do financiamento público. A sua sobrevivência hoje deve-se a soluções múltiplas, que incluem aumento exponencial das anuidades, compartilhamento de infraestrutura de pesquisa com grandes empresas, e políticas agressivas de atração de estudantes internacionais. Nesse contexto, as ciências humanas são as mais afetadas. No que toca à pesquisa básica e/ou de interesse social, os investimentos privados estão longe de compensar a redução do financiamento público.

Assim como o sistema econômico que o insuflou, esse modelo estratificado não tem fronteiras. Está na base da reforma que extinguiu a gratuidade nas universidades inglesas e tem se reproduzido em muitos países europeus, mesmo os de forte tradição de educação pública, tais como a França e a Alemanha. Em que pesem diferenças locais, a essência é a mesma em toda parte: financeirização das taxas escolares e vínculo entre ensino e pesquisa reservado às escolas de elite.

Essa conjuntura gerou, ainda, um novo e poderoso ator: as empresas transnacionais de ensino, que incluem colégios e universidades. Elas oferecem aos alunos qualificações válidas no exterior, obteníveis em campi instalados nos seus próprios países. As principais mercadorias à venda são a preparação para o mercado de trabalho global e o multilinguismo, com conteúdo acadêmico ministrado em inglês e oferta de línguas consideradas estratégicas para certas atividades.

Nesse cenário globalizado, financeirizado, e conivente com a falta de regulação das tecnologias digitais, vem surgindo um novo tipo de profissional de ciências humanas: o anotador de bases de dados. São graduados ou graduandos em áreas que produzem taxonomias úteis à segmentação e anotação de arquivos de som, texto e/ou imagem. Muitas delas são ciências humanas.

Tais arquivos pertencem a bases de dados gigantescas, utilizadas pela inteligência artificial para os mais variados fins. As suas proprietárias são as grandes corporações do universo digital: Apple, Microsoft, Facebook, Google, Amazon, etc., cuja atividade ainda não está sujeita a uma regulação eficaz e transparente. Basta lembrar as recentes quebras de privacidade de dados do Facebook e do WhatsApp.

O exposto deve ter bastado para nos permitir examinar, agora, a questão da desumanização.

Sabemos que a alienação desumaniza porque enfraquece a solidariedade, valor sem o qual não se podem cultivar ideais de liberdade e igualdade. Sabemos também, como nos ensinou Antonio Cândidoⁱⁱ, que o socialismo foi vitorioso em conter a força predatória do capitalismo. Ora, o que está em jogo agora é justamente o desejo do neoliberalismo de virar esse jogo, com o auxílio de um exército de cientistas humanos mal formados.

Não é preciso ser versado em qualquer ciência humana para aprender a lutar contra a alienação. Esse aprendizado está aberto a todos, e pode ocorrer nas ruas, nos sindicatos, nas associações de bairro, nos movimentos sociais, etc. É, todavia, profundamente preocupante que haja hoje tantos cientistas humanos indiferentes às causas sociais - seja por adesão a ideologias conservadoras, seja por imersão em atividades tecnocráticas que se apoiam na sua área de formação.

O exemplo lapidar desse último caso é o uso fraudulento das redes sociais pela empresa *Cambridge Analytica* em 2016. Foi essa a fonte dos insumos necessários à tecnologia que enviesou os resultados das últimas eleições norte-americanas - e também das eleições brasileiras de 2018.

a terra é redonda

Nesse episódio, os autores das ferramentas de manipulação de internautas vulneráveis eram cientistas da computação de extrema-direita, com formação e/ou assessoria em ciências humanas tais como linguística, psicologia, demografia, sociologia. Por outro lado, os autores dos tratamentos de dados envolvidos nessa manipulação eram especialistas em análise de conteúdo de texto, áudio ou vídeo - a maioria dos quais desconhecia o destino final das suas anotações.

Sequer foi preciso que os mentores da fraude cuidassem de ocultar esse fim. O ordenamento neoliberal do trabalho obstrui automaticamente a transparência ao instituir a terceirização. Por exemplo, alguns módulos das bases de dados envolvidas são encomendados a empresas terceirizadas, que contratam temporariamente especialistas para segmentar, anotar e organizar os dados.

O resto é obra da inteligência artificial, na medida em que a aprendizagem de máquina permite a reprodução do tratamento de uma base sólida em bases de maior porte. Além disso, é comum que empresas diferentes se ocupem de informações pertencentes a níveis diferentes da hierarquia de dados.

Podemos discernir agora três graus ascendentes de risco de desumanização a rondar atualmente as ciências humanas: a formação utilitarista de uma parte majoritária dos estudantes; a precarização do trabalho especializado em empresas dedicadas à coleta e preparação de dados digitais; e o viés totalitarista dos dirigentes de algumas das empresas que contratam cientistas para fazer o processamento de alto nível dos dados anotados.

Lembremos agora que a educação superior pública brasileira esteve na contramão dessa tendência até 2016. Mesmo com o avanço do ensino superior privado, o financiamento estatal vinha crescendo significativamente, pelo menos no âmbito federal.

Além disso, as medidas inclusivas adotadas pelas universidades federais estimularam uma diversidade inédita de convivência e, portanto, de pensamento. Isso ajudou a fomentar pesquisas úteis ao desenvolvimento sustentável do país, inspirando outras universidades, como, por exemplo, a Unicamp, a ampliar os seus programas de ação afirmativa.

Essa situação era altamente desfavorável às pretensões do neoliberalismo. A razão é que acenava com um ambicioso projeto de soberania nacional, no qual jovens cientistas de todas as áreas - oriundos de todos os extratos sociais - teriam oportunidades crescentes de se engajar.

Vejamos agora como algumas outras peças do cenário da educação superior no mundo ajudam a explicar por que esse modelo de universidade desagrada à elite nacional de verniz iluminista, depositária dos interesses do imperialismo e responsável pelo golpe de estado que mudou a posição do Brasil na cena geopolítica.

As ciências humanas e a guerra contra o Brasil

Como apontou o reitor da UFBA, João Carlos Sallesⁱⁱⁱ, em fala ao Congresso Nacional, nós, pesquisadores brasileiros em ciências humanas, não fomos competentes em convencer a opinião pública da relevância do nosso trabalho. Se a mídia comprometida com o poder econômico nos boicota, poderíamos ter ocupado mais espaço na mídia independente. Mas não começamos a pensar nisso senão quando os sinais de perigo já eram evidentes.

Também não fomos competentes em convencer os governos progressistas da urgência de ir além da escola pública em prestar assistência social e educacional aos mais carentes. Por isso, tivemos que assistir, com assombro, uma variedade de igrejas evangélicas fundamentalistas prosperarem explorando o sentimento de impotência das famílias da periferia perante as ameaças de um entorno controlado pelo tráfico de drogas.

O crescimento exponencial dessas igrejas encorajou os seus fiéis a tentar assumir o controle de espaços públicos implicados na educação e na assistência social. Haja vista as recentes e agressivas disputas pela diretoria do Conselho Federal de Psicologia, assim como por lugares nos conselhos tutelares municipais. Não chega a surpreender que muitos desses fundamentalistas sejam formados em alguma ciência humana por faculdades privadas recém estabelecidas.

Por outro lado, fomos - e ainda somos, como apontou Érico Andrade^{iv} - extremamente competentes em resistir ao arbítrio e ao obscurantismo. E mais: somos uma presença bem mais constante na universidade pública que os nossos colegas dos demais países pertencentes ao bloco dos BRICS. Ora, é justamente a conjunção desses dois fatores que nos faz tão ameaçadores para os estrategistas da ocupação neoliberalista do Brasil e seus prepostos nacionais.

Eles sabem que a disposição dos BRICS para investir no ensino superior público é bem maior que a do bloco euramericano, pela simples razão de serem todos países emergentes, cientes da importância da ciência e tecnologia para o seu desenvolvimento. Sabem também, por outro lado, que nem todos têm uma tradição consolidada de pesquisa em ciências humanas.

Vejam-se, por exemplo, as duas grandes potências, Rússia e China. Ambas ainda estão se esforçando para superar o modelo soviético de ensino superior, focado na tecnologia e nas ciências “duras”. Com a transição para a economia mista, adotaram o modelo clássico da universidade abrangente, antes restrito às instituições mais antigas. Hoje algumas universidades novas já avançaram o bastante para figurar com destaque nos ranqueamentos internacionais, mas não para constituir centros de difusão de ideias humanistas.

Em contraste, o Brasil e os seus vizinhos sul-americanos são herdeiros da tradição ibérica de cultivo das artes, letras e filosofia, cujo prestígio nesses ranqueamentos é relativamente baixo. É, todavia, nessa tradição que se assenta entre nós o forte interesse pela história e as ciências sociais – ingrediente indispensável à compreensão do nosso passado colonial. Assim, a busca da abrangência nas nossas universidades ocorreu em sentido inverso, isto é, pela consolidação das demais ciências, bem como das tecnologias.

Isso quer dizer que a maioria dos cientistas humanos brasileiros – e também boa parte dos seus colegas das demais áreas – tem bagagem intelectual suficiente para apreciar a contribuição potencial do nosso país à reorganização prometida pelos BRICS ao futuro geopolítico.

Deve estar claro, agora, que a guerra aos cientistas humanos brasileiros é uma peça estratégica na guerra aos BRICS. As suas origens, certamente, estão fora das fronteiras do nosso país.

Então, não temos outra saída senão dedicar as nossas vidas à resistência, sob pena de vermos os nossos locais de trabalho invadidos, pouco a pouco, por pessoas que não reconhecemos como colegas. Afinal, quem de nós aceitaria conviver com cientistas humanos desumanos?

***Eleonora Albano** é professora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp.

Publicado originalmente no [Boletim da AdUnicamp, em novembro de 2019, p. 15.](https://boletim.adunicamp.br/2019/11/01/que-futuro-para-as-ciencias-humanas/)

Notas

ⁱ MORAES, R. C. *Educação superior nos Estados Unidos: história e estrutura*. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

ⁱⁱ In: <https://www.brasildefato.com.br/node/6819/>

ⁱⁱⁱ In: https://www.change.org/p/congresso-nacional-em-defesa-das-universidades-p%C3%BCblicas-brasileiras/u/25215673?cs_tk=AgNyNTK3SW8eABnFsF0AAxicyyvNyQEABF8BvIWbqtFiS80VfkY1RqFSCik%3D&utm_campaign=766720e4683249d283be5f4f31ea3004&utm_medium=email&utm_source=petition_update&utm_term=cs

^{iv} In: <https://diplomatique.org.br/o-preco-do-ressentimento-sobre-o-ataque-as-ciencias-humanas/>